



**RIO GRANDE DO NORTE**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO  
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://www.saude.gov.br

**EDITAL Nº 90005/2026**

Processo nº 00610204.000263/2025-10

- **DATA DA SESSÃO: 28/04/2026**
- **HORÁRIO:** Às 09:00 horas (horário de Brasília/DF).
- **LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal - [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- **CÓDIGO UASG:** 930290.
- **MODO DE DISPUTA:** Aberto e Fechado.
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Será observado o horário oficial de Brasília/DF para todas as etapas do certame.
- Para acesso ao edital e mais informações, os interessados poderão consultar os portais: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), e [www.compras.rn.gov.br](http://www.compras.rn.gov.br).
- Dúvidas poderão ser encaminhadas para o **NÚCLEO DE LICITAÇÕES DO HEMONORTE** -
- **E-mail:** [hemocpl@saude.rn.gov.br](mailto:hemocpl@saude.rn.gov.br).
- **Telefones:** (84) 3232-6708.

**ACESSO AO EDITAL**

O edital completo e seus anexos estão disponíveis para *download* nos seguintes portais:

- Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP
- ComprasNet: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)
- Compras RN: [www.compras.rn.gov.br](http://www.compras.rn.gov.br)

O **Hemocentro Dalton Barbosa Cunha (HEMONORTE)**, localizado na Avenida Alexandrino de Alencar, nº 1800, CEP 59015-350, bairro Tirol, Natal/RN, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **Menor Preço por Item, para REGISTRO DE PREÇOS**, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislação estadual aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1. 01- DO OBJETO**

1.1. Aquisição de jalecos padronizados, na modalidade pregão, por sistema de registro de preço, para futuras aquisições, para os profissionais que atuam na Hemorrede do estado do Rio Grande do Norte, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO I	Descrição	CATMAT	Unidade de Medida	Quant.
	Jaleco unissex, em tecido gabardine (algodão com poliéster, gramatura aproximada de 190 g/m²), cor branca, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana na cor do tecido do jaleco com bordado da logomarca da instituição em duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE preto - fonte arial tamanho 29 no word) medindo a logomarca total 6(L)x7(A)cm na manga longa esquerda, 02 bolsos inferiores (frente) com dimensões mínimas de 18 cm de altura e 16 cm de largura, fechamento frontal com 05 botões de 04 furos N° 32 e costurados da mesma cor do tecido. Acabamento em costura dupla, com reforço em pontos de tensão (cavos, ombros e bolsos), resistente a lavagens frequentes sem			

1.1	<p>encolhimento e desbotamento. uso: hospitalar. Tamanho: P, conforme a norma 13377 da ABNT (quadro anexo). Costuras nas costas, martingale/cinto solto com 4 cm de largura e com aberturas laterais na altura da cintura. Abertura na parte posterior inferior de 40cm e/ou compatível com o comprimento padrão de cada tamanho. O fabricante deverá fixar etiqueta, identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido.</p> <p>OBS : A Empresa ganhadora deverá fornecer uma amostra de cada tamanho para aprovação.</p>	356856	Unid.	335
1.2	<p>Jaleco unissex, em tecido gabardine (algodão com poliéster, gramatura aproximada de 190 g/m<sup>2</sup>), cor branca, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana na cor do tecido do jaleco com bordado da logomarca da instituição em duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE preto - fonte arial tamanho 29 no word) medindo a logomarca total 6(L)x7(A)cm na manga longa esquerda, 02 bolsos inferiores (frente) com dimensões mínimas de 18 cm de altura e 16 cm de largura, fechamento frontal com 05 botões de 04 furos N° 32 e costurados da mesma cor do tecido. Acabamento em costura dupla, com reforço em pontos de tensão (cavas, ombros e bolsos), resistente a lavagens frequentes sem encolhimento e desbotamento. uso: hospitalar. Tamanho: M, conforme a norma 13377 da ABNT (quadro anexo). Costuras nas costas, martingale/cinto solto com 4 cm de largura e com aberturas laterais na altura da cintura. Abertura na parte posterior inferior de 40cm e/ou compatível com o comprimento padrão de cada tamanho. O fabricante deverá fixar etiqueta, identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido.</p> <p>OBS : A Empresa ganhadora deverá fornecer uma amostra de cada tamanho para aprovação.</p>	356856	Unid.	536
	<p>Jaleco unissex, em tecido gabardine (algodão com poliéster, gramatura aproximada de 190 g/m<sup>2</sup>), cor branca, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana na cor do tecido do jaleco com bordado da logomarca da instituição em duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE preto - fonte arial tamanho 29 no word) medindo a</p>			

1.3	<p>logomarca total 6(L)x7(A)cm na manga longa esquerda, 02 bolsos inferiores (frente) com dimensões mínimas de 18 cm de altura e 16 cm de largura, fechamento frontal com 05 botões de 04 furos N° 32 e costurados da mesma cor do tecido. Acabamento em costura dupla, com reforço em pontos de tensão (cavas, ombros e bolsos), resistente a lavagens frequentes sem encolhimento e desbotamento. uso: hospitalar. Tamanho: G, conforme a norma 13377 da ABNT (quadro anexo). Costuras nas costas, martingale/cinto solto com 4 cm de largura e com aberturas laterais na altura da cintura. Abertura na parte posterior inferior de 40cm e/ou compatível com o comprimento padrão de cada tamanho. O fabricante deverá fixar etiqueta, identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido.</p> <p>OBS : A Empresa ganhadora deverá fornecer uma amostra de cada tamanho para aprovação.</p>	356856	Unid.	335
1.4	<p>Jaleco unissex, em tecido gabardine (algodão com poliéster, gramatura aproximada de 190 g/m²), cor branca, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana na cor do tecido do jaleco com bordado da logomarca da instituição em duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE preto - fonte arial tamanho 29 no word) medindo a logomarca total 6(L)x7(A)cm na manga longa esquerda, 02 bolsos inferiores (frente) com dimensões mínimas de 18 cm de altura e 16 cm de largura, fechamento frontal com 05 botões de 04 furos N° 32 e costurados da mesma cor do tecido. Acabamento em costura dupla, com reforço em pontos de tensão (cavas, ombros e bolsos), resistente a lavagens frequentes sem encolhimento e desbotamento. uso: hospitalar. Tamanho: GG, conforme a norma 13377 da ABNT (quadro anexo). Costuras nas costas, martingale/cinto solto com 4 cm de largura e com aberturas laterais na altura da cintura. Abertura na parte posterior inferior de 40cm e/ou compatível com o comprimento padrão de cada tamanho. O fabricante deverá fixar etiqueta, identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem. As cores das linhas</p>	356856	Unid.	133

deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido.			
OBS :			
A Empresa ganhadora deverá fornecer uma amostra de cada tamanho para aprovação.			

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas do CATMAT e as especificações constantes neste Termo de Referência, prevalecerão as do Termo de Referência.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como eventuais adesões são as que constam na MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, anexo II do edital.

## 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1- O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica;

3.2- O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.3- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5- É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1- A não observância do disposto no sub item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

## 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. **Poderão participar desta licitação as empresas que atendam todos os requisitos do edital e seus anexos.**

4.2. O cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) deverá ser efetuado no Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), utilizando certificado digital emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, conforme previsto no artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. É de responsabilidade do participante manter a exatidão e atualidade dos dados cadastrais no SICAF, devendo proceder imediatamente à correção ou atualização sempre que constatada inexatidão ou desatualização.

4.4. O descumprimento dessa obrigação poderá resultar em desclassificação na fase de habilitação, conforme artigo 62, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Como condição obrigatória para participação no pregão, o licitante deverá assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema, confirmando as seguintes declarações:

a) Cumprir os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto nos artigos 42 a 49;

b) Não possuir fatos impeditivos para habilitação, estando ciente da obrigação de declarar eventuais fatos supervenientes;

c) Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, conforme artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) Não usar empregados submetidos a trabalho degradante ou forçado, observando os incisos III e IV do artigo 1º e o inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

e) Garantir que os serviços sejam prestados por empresas que cumpram a reserva de cargos para pessoa com deficiência ou reabilitado da Previdência Social, de acordo com o artigo 93 da Lei nº 8.213/1991, e que observem as normas de acessibilidade vigentes.

4.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema eletrônico configura responsabilidade legal do licitante ou de seu representante, presupondo capacidade técnica para a execução das operações inerentes ao pregão, conforme artigo 55 da Lei nº 14.133/2021.

4.7. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo quaisquer operações realizadas por ele ou seus representantes. O provedor do sistema e o órgão promotor da licitação não se responsabilizam por danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 4.8. A declaração falsa ou enganosa acerca de qualquer condição prevista neste edital sujeitará o licitante às sanções legais e administrativas cabíveis, conforme disposto nos artigos 86 e 87 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.9. Não poderão participar deste pregão:
- 4.9.1. Licitantes que descumpram as condições deste edital e seus anexos;
- 4.9.2. Autores do anteprojeto, projeto básico ou executivo quando a licitação versar sobre bens e serviços relacionados a esses projetos, conforme artigo 14, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021;
- 4.9.3. Empresas que mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigentes, agentes ou servidores públicos envolvidos no processo licitatório ou na fiscalização e gestão do contrato, conforme artigo 15;
- 4.9.4. Pessoas físicas ou jurídicas impedidas de participar em razão de sanções ou condenações judiciais, inclusive relativas ao trabalho infantil ou condições análogas às de escravo, conforme artigo 14, inciso VII;
- 4.9.5. Entidades empresariais reunidas em consórcio sem a devida justificativa no processo administrativo;
- 4.9.6. Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto da licitação;
- 4.9.7. Servidores ou dirigentes do órgão ou entidade contratante ou responsáveis pela licitação.
- 4.10. **Justificativa para vedação de consórcio no certame.**
- 4.10.1. A vedação à participação de consórcios visa afastar a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/carteis para manipular os preços nas licitações.
- Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

## **5. DA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO**

- 5.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar o edital de licitação por eventual irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido ou a impugnação até o prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame, conforme dispõe o artigo 164, caput, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2. A Administração Pública deverá divulgar a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento em sítio eletrônico oficial no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento do pedido, limitando-se ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, garantindo transparência e publicidade adequadas.
- 5.3. Caberá ao Pregoeiro, com o auxílio dos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação recebida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma.
- 5.4. Caso a impugnação contra o ato convocatório seja acolhida pela Administração, será definida e publicada nova data para realização da licitação, salvo se ficar incontestavelmente demonstrado que a alteração não afetará a formulação das propostas, assegurando a segurança jurídica do certame.
- 5.5. O direito de impugnar o edital decairá caso o licitante, tendo aceitado o edital sem apresentar objeção, apenas após a abertura das propostas indique falhas ou irregularidades que possam viciar o instrumento convocatório, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, conforme entendimento consolidado para garantir a estabilidade do procedimento.
- 5.6. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a partir do seu recebimento, podendo o Pregoeiro solicitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos para melhor fundamentação da resposta.
- 5.7. Não serão conhecidos pedidos de impugnação apresentados fora do prazo legal estabelecido, nem aqueles subscritos por representante não habilitado legalmente ou não devidamente identificado no processo para representar o proponente, preservando a formalidade e segurança do certame.
- 5.8. Os pedidos de impugnação e esclarecimentos deverão ser encaminhados via e-mail oficial: hemocpl@saude.rn.gov.br.
- 5.9. As impugnações e pedidos de esclarecimento não interrompem ou suspendem os prazos previstos para a condução do certame, tendo a Administração a faculdade de conceder efeito suspensivo a pedido de impugnação somente de forma excepcional e devidamente motivada nos autos do processo licitatório.
- 5.10. As respostas a impugnações e pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sistema eletrônico em campo próprio e terão efeito vinculante para todos os participantes e para a Administração, garantindo a uniformidade das informações.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta

apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, preferencialmente, em campo próprio do sistema eletrônico ou por declaração específica, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020](#).

6.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação no sistema do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020](#), bem como à [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e na, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração do enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.11.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:1-

7.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável;

7.1.2. *Valor unitário do item; marca, fabricante*

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

7.3. A inconformidade das informações cadastradas com as das propostas poderá acarretar na desclassificação

da empresa.

7.4. O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional com no máximo **quatro casas decimais após a vírgula e estarem inclusas todas e quaisquer despesas**, tais como: frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias), a contar da data de sua apresentação.

7.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

## 8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a licitante que se identificar durante o cadastro de proposta no sistema, conforme previsto no item do Preenchimento da Proposta.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. Durante a sessão de disputa, poderá ocorrer abertura de vários itens simultaneamente cabendo ao Licitante acompanhar atentamente as convocações do pregoeiro quanto as chamadas para os Itens.

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do *item*

8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.12. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).*

8.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

8.14.1. A disputa terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

8.14.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

8.14.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

8.14.4. Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;

8.14.5. Não havendo **lance final e fechado** classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

8.14.6. Poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante a fase aberta de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, deverá encaminhar mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

8.16.1. Os licitantes não devem manter contato, seja por e-mail ou por telefone, durante a fase de lances com o pregoeiro ou membros da comissão para evitar identificação. Qualquer problemática deverá ser analisada em momento posterior à fase de lances.

8.16.2. Por impossibilidades do sistema, não é possível realizar a exclusão de lances durante a fase de prorrogação.

8.17. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos ou irrisórios.

8.18. Durante o transcurso da sessão pública de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. Também devem ser considerados os dispositivos previstos na LC nº 675/2020.

8.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio automático do sistema entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

8.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.28.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.28.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.29.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.29.2. Empresas brasileiras;

8.29.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.29.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.31. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 8.32. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.33. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2(duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos exigidos neste Edital.
- 8.34. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.35. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DA NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

- 9.1. Após término da sessão de lances, a etapa de negociação será comunicada pelo pregoeiro via sistema.
- 9.2. O pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.4. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2020.
- 9.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.6. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 9.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, de 24(vinte e quatro) horas e a ocorrência será registrada em ata;
- 9.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para, em prazo definido pelo mesmo, enviar documento digital complementar por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.10. prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, através de comunicação via sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 9.11. entre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

## **10. DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1. O documento de proposta deverá:
- 10.1.1. ser em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.1.3. ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.1.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.1.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.1.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.1.8. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## **11. DA EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

- 11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

11.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica;

11.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

11.4.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.4.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 06 (seis) horas sob pena de inabilitação.

11.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo

11.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1- Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## Habilitação jurídica

11.9. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.10. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.11. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.12. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.13. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77,

de 18 de março de 2020.

11.14. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.15. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.16. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.17. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 3º, §2º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023.

11.18. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

## HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

11.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.24. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.27. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

11.28. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.29. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo )/( Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

11.30. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

11.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.32. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-

se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

11.33. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

11.34. Comprovação de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência: no ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento de leis e decretos federais relacionados na Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020, que determinam o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência.

## **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

11.35. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de vestimentas profissionais padronizadas ou similares (como jalecos, uniformes hospitalares ou laboratoriais), compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, com desempenho satisfatório do serviço ou fornecimento prestado.

a) Declaração de que a empresa possui ou terá acesso, no prazo necessário, à estrutura operacional compatível com as exigências de produção, personalização (caso necessário), armazenagem, embalagem e transporte dos materiais até o local de entrega, conforme exigências constantes no Termo de Referência.

b) Comprovação de que os produtos ofertados atendem aos padrões de qualidade exigidos por normas técnicas nacionais e/ou internacionais, especialmente no que se refere à adequação às condições de biossegurança para uso profissional em ambiente hospitalar e laboratorial. A critério da Administração, poderão ser solicitadas amostras, catálogos, certificados ou laudos técnicos, para verificação da conformidade.

c) A empresa deverá declarar que está apta a cumprir os prazos de entrega e os requisitos de logística e distribuição, responsabilizando-se integralmente por todo o processo até a efetiva entrega no local designado, sem ônus adicional à Administração.

## **12. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

a) Havendo o aceite da proposta quanto ao valor ofertado e, caso a compatibilidade com as especificações dos jalecos pleiteados, especialmente no que se refere aos padrões de qualidade, acabamento, tecido, modelagem e bordado, não possa ser verificada por meio da documentação apresentada, poderá ser exigido que o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar apresente amostras físicas dos itens ofertados.

b) A convocação para apresentação das amostras será realizada por meio de mensagem oficial no sistema eletrônico, com a devida informação de data, local e horário para entrega e análise, sendo facultada a presença dos demais licitantes interessados.

c) As amostras deverão ser entregues no endereço especificado na solicitação, respeitando-se o prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados da convocação. A comprovação do envio deverá ser realizada até o quinto dia útil, sob responsabilidade exclusiva do licitante. Quaisquer custos com o envio, transporte, manuseio ou eventuais atrasos serão integralmente arcados pela empresa convocada.

d) Admite-se a prorrogação do prazo de entrega das amostras, desde que haja solicitação fundamentada apresentada via chat do sistema, antes do término do prazo original, cabendo à Administração a análise e decisão quanto ao deferimento.

e) A ausência de entrega das amostras no prazo estabelecido, a entrega fora das especificações exigidas ou a não aceitação das justificativas apresentadas implicarão na recusa da proposta do licitante convocado.

f) As amostras serão avaliadas quanto aos aspectos formais, materiais e funcionais, com base nos padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termo de Referência, incluindo análise do tecido, costura, acabamento, conformidade do bordado e modelagem adequada aos tamanhos especificados.

g) O resultado da avaliação será divulgado oficialmente por meio de mensagem no sistema eletrônico.

h) Caso as amostras do primeiro colocado não sejam aprovadas, será convocado o segundo classificado para apresentação e análise das respectivas amostras, e assim sucessivamente, até que se identifique proposta que atenda integralmente às especificações técnicas exigidas.

i) As amostras fornecidas serão consideradas protótipos para fins de avaliação e poderão ser manuseadas, submetidas a testes de uso e desmonte, se necessário, sem gerar direito a ressarcimento.

j) Após a divulgação do resultado final do certame, os fornecedores terão o prazo de 10 (dez) dias corridos para recolher as amostras entregues. Findo esse prazo, a Administração poderá proceder com o descarte das amostras, sem que disso decorra qualquer obrigação de indenização.

k) Quando aplicável, os interessados deverão fornecer, sem ônus à Administração, todos os elementos indispensáveis à realização de testes, incluindo manuais, etiquetas ou fichas técnicas em língua portuguesa, necessários à completa avaliação dos itens ofertados.

l) Critérios de avaliação da amostra constam no Termo de Referência, anexo I do presente edital.

## **13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 6 (seis) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:
- 13.2. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 13.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 13.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 13.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 13.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 13.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 13.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 13.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 13.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

#### **14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- 14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006;
- 14.1.3. Para continuidade de negociações pendentes;
- 14.1.4. Para realização de diligências.
- 14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 14.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 14.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

#### **15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **16. DOS RECURSOS**

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 16.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 16.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 16.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 16.4. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
- 16.5. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 16.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 16.7. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso de forma fundamentada.
- 16.8. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 16.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos

elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.10. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

16.11. O acolhimento do recurso implica tão-somente invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.12. Na fase recursal, é assegurada aos interessados vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.13. É dever do licitante observar as formalidades relativas aos atos praticados no sistema eletrônico, conforme normas e orientações fornecidas pelo provedor do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

## 17. DO CADASTRO DE RESERVAS

17.1. No momento de homologação do certame (após o encerramento da etapa competitiva), o ordenador de despesas concederá prazo de 10 dias corridos para que os licitantes possam manifestar interesse em reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

17.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

17.3. O envio das novas propostas para cadastro de reservas deve ser feito por e-mail (sesap.cpl@gmail.com) dentro do prazo delimitado pelo ordenador de despesas.

17.4. O prazo para cadastro também constará na publicação de homologação no Diário Oficial do Estado.

17.5. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

17.6. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## 18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Ata de Registro de Preços constitui o instrumento de acordo, de natureza obrigacional, pelo qual a Administração registra os preços dos proponentes vencedores do certame licitatório e respectivos produtos, prazos e demais condições de fornecimento, observando o previamente estabelecido no edital e nos anexos.

18.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

18.3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso em conformidade com o artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

18.4. Fica facultada à Administração a renovação da Ata de Registro de Preços por igual período, mediante manifestação expressa, antes do seu término, observadas as condições originárias e respeitando a legislação vigente. A renovação contemplará a atualização dos quantitativos registrados, com base nas necessidades da Administração, desde que não ultrapasse o limite máximo originalmente estabelecido e estejam devidamente justificados.

## 19. DA CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

19.1. A assinatura da **Ata de Registro de Preços, do termo ou instrumento contratual**, ocorrerá por **via eletrônica no sistema processual SEI**. O representante da empresa vencedora (ou aceita no cadastro de reserva) **deverá realizar cadastro para acesso ao sistema processual SEI para fins de assinatura digital**, conforme passo a passo disponível no [site](#).

19.2. O prazo para assinatura do documento é de três dias úteis a contar do momento de disponibilização por meio do sistema SEI RN. O prazo poderá ser prorrogado de acordo com necessidade justificada.

## 20. DA RECUSA EM ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Realizada a convocação do adjudicatário e decorrido o prazo para assinatura da Ata definido neste edital, no caso do licitante convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a assinar a ata de registro de preços, será facultado à SESAP convocar outro licitante, conforme a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços.

20.2. A recusa injustificada do licitante convocado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade de sua proposta caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

20.3. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, ficará sujeito às sanções administrativas previstas neste edital e demais cominações legais.

## 21. DA RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Fica facultada à Administração a renovação da Ata de Registro de Preços por igual período, mediante manifestação expressa, antes do seu término, observadas as condições originárias e respeitando a legislação vigente. A renovação contemplará a atualização dos quantitativos registrados, com base nas necessidades da Administração, desde que não ultrapasse o limite máximo originalmente estabelecido e estejam devidamente justificados.

## **22. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

22.1. A não exigência de garantia contratual encontra respaldo no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que atribui caráter facultativo à Administração quanto à solicitação de garantia, devendo esta ser imposta apenas quando demonstrada sua conveniência e necessidade, de acordo com as peculiaridades de cada contratação.

22.1.1. O objeto possui baixa complexidade técnica, entrega única e reduzido risco contratual, tratando-se de aquisição padronizada de jalecos hospitalares, sem execução de serviço contínuo ou complexidade técnica relevante. Nesse contexto, não há elementos que justifiquem a imposição de garantia de execução.

22.1.2. A opção do legislador ao conferir discricionariedade à Administração Pública para exigir ou não a garantia decorre do reconhecimento de que essa medida nem sempre representa benefício efetivo ao interesse público. Embora a garantia possa oferecer segurança quanto à boa execução contratual, ela também acarreta custos financeiros adicionais, normalmente repassados aos preços ofertados pelos licitantes, resultando no encarecimento global da contratação. Tal situação contraria o princípio da economicidade, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

22.1.3. A exigência de garantia deve ser proporcional ao risco do contrato, sob pena de configurar barreira à competitividade e aumento desnecessário do preço final. No caso em questão, a exigência de garantia não agregaria segurança adicional significativa à Administração, uma vez que o controle de execução e o pagamento estão condicionados ao recebimento definitivo dos bens, conforme dispõe o art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

22.1.4. Assim, pela singularidade e natureza do objeto, a Administração considera inoportuna e desnecessária a exigência de garantia de execução para os contratos decorrentes desta aquisição. A análise de conveniência e oportunidade revela que, neste caso específico, a medida representaria custo adicional à Administração sem contrapartida proporcional de segurança contratual.

22.1.5. Portanto, diante da baixa complexidade técnica do objeto, do reduzido risco de execução e da entrega única, a Administração não considera conveniente nem oportuna a exigência de garantia contratual, em estrita observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, assegurando, ainda assim, a proteção do interesse público por meio da fiscalização do recebimento definitivo dos produtos.

## **23. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

23.1. A execução do contrato ocorrerá de forma parcelada e conforme a demanda da Administração, mediante emissão de Nota de Empenho e/ou instrumento contratual, conforme aplicável.

23.2. Entrega dos Jalecos:

23.2.1. A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos jalecos no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Autorização de Fornecimento, salvo disposição diversa prevista no contrato.

23.2.2. As entregas serão realizadas no Almojarifado do Hemocentro Coordenador/HEMONORTE, situado na Av. Alexandrino de Alencar, 1800 – Tirol, Natal/RN, CEP 59015-350, em dias úteis, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, com acompanhamento e conferência por servidor designado.

23.2.3. A CONTRATADA deve assegurar que todos os jalecos estejam novos, originais de fábrica, embalados individualmente e lacrados, em condições que preservem sua integridade durante transporte e armazenamento.

23.3. Especificações e Padrões Técnicos:

23.3.1. Os jalecos devem atender rigorosamente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, incluindo tecido gabardine algodão/poliéster (gramatura aproximada 190 g/m²), modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana da cor do tecido, 2 bolsos inferiores (mínimo 18x16 cm), fechamento frontal com 5 botões N° 32 da cor do tecido, costura dupla com reforço nos pontos de tensão, bordado institucional na manga esquerda (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE em preto, fonte Arial tamanho 29, dimensões 6x7 cm).

23.3.2. As medidas dos jalecos estão em centímetros e podem apresentar variação de  $\pm 4\%$ , conforme norma ABNT NBR 13377.

23.3.3. Devem ser observados critérios de sustentabilidade, conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: baixo impacto ambiental, preferência por materiais locais, eficiência no uso de recursos naturais, maior geração de empregos locais, maior vida útil e menor custo de manutenção, e origem sustentável dos insumos.

23.4. Responsabilidades da CONTRATADA:

23.4.1. Entregar os jalecos conforme especificações, quantidades e prazos estipulados.

23.4.2. Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, itens com defeitos de fabricação, vícios ou não conformidades.

23.4.3. Reparar danos decorrentes de vícios ou irregularidades no fornecimento.

23.4.4. Assumir integralmente todos os custos e riscos relacionados à execução do contrato, incluindo transporte, acondicionamento, frete, tributos.

23.4.5. Verificar diariamente o e-mail indicado na proposta para fins de comunicação oficial e confirmar o recebimento do empenho em até 24 horas. Persistindo a ausência de resposta, será notificada e sujeita às penalidades previstas no edital.

23.4.6. Informar formalmente qualquer impedimento para entrega, com no mínimo 24 horas de antecedência, apresentando justificativa documentada.

23.5. Recebimento e Fiscalização:

23.5.1. O recebimento do objeto será provisório e definitivo, conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

- 23.5.2. Recebimento Provisório: no ato da entrega, verificando quantidade e integridade dos itens;
- 23.5.3. Recebimento Definitivo: até 2 (dois) dias úteis após avaliação técnica, mediante atesto de conformidade quanto às especificações e qualidade dos produtos.
- 23.5.4. Para lotes com valor superior a R\$ 176.000,00, o recebimento será realizado por comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 23.5.5. A fiscalização será exercida por servidor ou comissão designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, abrangendo acompanhamento, controle e registro de todas as ocorrências pertinentes à execução do contrato.
- 23.5.6. O fiscal do contrato poderá:
- I - Rejeitar produtos em desconformidade;
  - II - Solicitar substituições;
  - III - Emitir atestos de recebimento;
  - IV - Recomendar aplicação de penalidades administrativas;
  - V - Anotar todas as ocorrências relevantes em registro próprio.
  - VI - A fiscalização não exime a CONTRATADA de responsabilidade civil ou administrativa, incluindo vícios ocultos, imperfeições técnicas ou danos a terceiros.
- 23.6. Documentação e Conformidade:
- 23.6.1. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de documento autorizando a abertura e inspeção das embalagens durante o recebimento.
- 23.6.2. A execução do contrato observará subsidiariamente o edital, proposta da contratada, Lei nº 14.133/2021, Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e, quando aplicável, Código Civil.
- 23.6.3. A Administração poderá realizar alterações unilaterais no contrato, motivadas e garantindo o reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 23.6.4. Da Apresentação de Amostras:
- 23.6.5. Caso necessário, a CONTRATADA provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá fornecer amostras físicas de todos os tamanhos, para verificação da conformidade com padrões de qualidade, acabamento, tecido e bordado institucional.
- 23.6.6. As amostras serão entregues no endereço especificado, respeitando o prazo máximo de 8 dias úteis da convocação, sob responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- 23.6.7. O resultado da avaliação das amostras será divulgado oficialmente e condicionará a aceitação definitiva da proposta.
- 23.6.8. Após a divulgação do resultado final, o fornecedor terá 10 dias corridos para recolher as amostras; findo o prazo, a Administração poderá descartá-las sem qualquer obrigação de indenização.

## **24. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 24.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 24.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 24.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 24.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 24.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **DO GESTOR DE CONTRATO**

- 24.6. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art 47):
- 24.6.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;
  - 24.6.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;
  - 24.6.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
  - 24.6.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
  - 24.6.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
  - 24.6.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
  - 24.6.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

- 24.6.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;
- 24.6.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 24.6.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- 24.6.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 24.6.12. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.
- 24.6.13. Será designado gestor do contrato a servidora Isamar Noemia de Freitas - **Mat. 225.854-4**, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Atenção a Segurança e Saúde do Trabalhador - NASS

## **DO FISCAL DE CONTRATO**

- 24.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117)
- 24.8. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):
- 24.8.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- 24.8.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 24.8.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- 24.8.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- 24.8.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
- 24.8.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 24.8.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 24.8.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 24.8.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- 24.8.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.
- 24.9. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449 de 2023, art.49).
- 24.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
- 24.10.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 24.10.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 24.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- 24.10.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;
- 24.10.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;
- 24.10.6. a satisfação do público usuário.
- 24.10.7. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.
- 24.10.8. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 24.10.9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:
- 24.10.9.1. marca;
- 24.10.9.2. qualidade;

#### 24.10.9.3. forma de uso.

24.10.10. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50).

24.11. O servidor Francisco das Chagas Melo de Sena - Mat.: 155.078-0, lotado nesta unidade, ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Termo de Referência.

### 25. DO TERMO DE CONTRATO

25.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

25.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.

25.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

25.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

25.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

25.6. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

25.7. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

25.8. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

25.9. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

### 26. DO REAJUSTE

26.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

26.2. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de preços e mediante solicitação da Contratada, observando o disposto no Decreto Federal n. 7.892, de janeiro de 2013 e os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

26.3. A SESAP, através do Gerenciamento de Registro de Preços - GRP, ficará responsável de proceder com todos os atos administrativos, referentes ao item 18.1.1.

26.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

26.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

26.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

26.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

26.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

26.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 27. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

27.1. A CONTRATADA deverá entregar os bens no prazo máximo de 20 (vinte) dias após o recebimento da Nota de Empenho.

27.2. A CONTRATADA deverá entregar o material descrito de acordo com o solicitado nos futuros processos de aquisição. A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Hemocentro Coordenador/ HEMONORTE, localizado na

Av. Alexandrino de Alencar, 1800, Tirol- Natal- RN, CEP. 59015-350, no horário das 08 às 11h e das 14h às 17h, em dias úteis. Telefones para contato: (84) 3232-6749 ou 6700/6701(PABX), conforme estabelecido no contrato, acompanhado do respectivo documento fiscal, nos prazos estabelecidos, livre de quaisquer despesas, inclusive com a carga, transporte e descarga. O Almoxarifado do Hemonorte se encarregará de fazer a distribuição para a Hemorrede.

27.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo servidor(a) do Almoxarifado responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

27.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

27.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

27.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

27.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **28. DA SUBCONTRATAÇÃO**

28.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **29. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

29.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **30. DO PAGAMENTO**

30.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

30.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal nos termos do art. 5º, §3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

30.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

30.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 de Lei nº 8.666, de 1993.

30.3.1. Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

30.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

30.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

30.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

30.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5(cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

30.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

30.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

30.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e o contraditório;

- 30.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 30.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.
- 30.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 30.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 30.13. Sob nenhuma hipótese, será efetuado pagamento adiantado.

## 31. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 31.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
- a) Entregar os jalecos de forma incompleta, com falhas ou em desacordo com as especificações técnicas;
  - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que comprometa o funcionamento regular dos serviços de saúde ou cause prejuízo relevante ao interesse público;
  - c) Der causa à inexecução total do contrato;
  - d) Atrasar, sem justificativa aceita pela Administração, a entrega dos jalecos ou a execução de obrigações contratuais;
  - e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica durante a execução contratual;
  - f) Praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
  - g) Adotar conduta inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) Cometer ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
- 31.2. À CONTRATADA que incorrer em quaisquer das infrações acima descritas poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas:
- 31.2.1. Advertência, nos casos de inexecução parcial sem gravidade, desde que não se justifique penalidade mais severa.
- 31.2.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas das alíneas “b”, “c” e “d”, salvo se cabível penalidade mais grave.
- 31.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, quando verificadas as condutas das alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como das alíneas “b”, “c” e “d” quando a gravidade o justificar.

Alínea	Infração	Sanções Cabíveis	Percentual Sugerido	Agravantes	Atenuantes
a)	Inexecução parcial do contrato	- Advertência- Multa compensatória leve	2% a 5% do valor da parcela afetada	Reincidência/Recusa em corrigir/Comprometimento da segurança	Prontidão na substituição/Boa-fé/Impacto mínimo
b)	Inexecução parcial com grave dano	- Multa compensatória- Impedimento de licitar e contratar	7% a 10% do valor do contrato	Risco à saúde pública/Descumprimento após notificação/Serviço essencial afetado	Primeira ocorrência/Correção parcial/Cooperação com a fiscalização
c)	Inexecução total do contrato	- Multa compensatória- Impedimento- Inidoneidade	15% a 20% do valor do contrato	Abandono do contrato/Dano coletivo/Má-fé comprovada	Força maior/Comunicado tempestivo/Justificativa plausível
d)	Retardamento da entrega sem justificativa	- Multa moratória diária- Advertência- Multa compensatória alternativa	0,3% ao dia até o limite de 2% da parcela inadimplida ou 2% a 5% da contratação	Reiteração do atraso/Silêncio após notificação/Impacto em serviço urgente	Justificativa parcial/Entrega próxima do prazo/Colaboração na solução
e)	Apresentação de documentação falsa	- Multa compensatória- Declaração de inidoneidade	15% do valor da contratação	Dolo claro/Intenção de obter vantagem indevida/Prejuízo material	Confissão espontânea/Correção imediata/Programa de integridade
f)	Ato fraudulento na execução	- Multa compensatória- Declaração de inidoneidade	15% a 20% do valor da contratação	Simulação, ocultação de vícios/Reincidência/Fraude técnica	Restituição voluntária/Colaboração com investigação/Baixo impacto material
g)	Conduta inidônea ou fraude genérica	- Multa compensatória- Declaração de inidoneidade	10% a 15% do valor do contrato	Comportamento anticompetitivo/Intenção deliberada de lesar	Ausência de dolo claro/Arrependimento eficaz/Sem prejuízo direto

h)	Ato lesivo (Lei nº 12.846/2013)	- Declaração de inidoneidade-Multa da Lei Anticorrupção	Até 20% do valor do contrato	Corrupção ativa/Obstrução da fiscalização/Simulação de concorrência	Acordo de leniência/Programa de integridade/Colaboração premiada
----	---------------------------------	---	------------------------------	---	--

31.3. A aplicação das sanções previstas não afasta a obrigação de indenizar integralmente os danos causados à Administração.

31.4. As sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível.

31.5. Antes da aplicação de multa, será assegurado à CONTRATADA o direito de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de intimação.

31.6. Se o valor da multa ou da indenização exceder os pagamentos devidos pela Administração, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

31.7. A multa aplicada poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, contados da conclusão do processo de apuração de descumprimento contratual.

31.8. A aplicação de sanções será precedida de processo administrativo com contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

31.8.1. As notificações serão encaminhadas por e-mail aos endereços informados na proposta e/ou cadastrados no SICAF.

31.8.2. Consideram-se válidos e de uso contínuo os e-mails mencionados, não cabendo alegação de desconhecimento.

31.8.3. Na aplicação das penalidades, serão considerados:

- A natureza e gravidade da infração;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes do caso concreto;
- Os danos causados à Administração;
- A eventual existência de programa de integridade, nos termos da legislação;
- A reincidência ou habitualidade das condutas infracionais.

31.9. Quando as infrações também configurarem atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, a apuração e o julgamento ocorrerão conjuntamente, respeitando o rito próprio daquela norma.

31.10. Poderá haver desconsideração da personalidade jurídica da empresa contratada, com extensão das sanções aos sócios ou administradores, conforme o art. 160, §1º, da Lei nº 14.133/2021, quando houver abuso de direito ou confusão patrimonial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

31.11. A CONTRATANTE deverá informar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a aplicação das sanções aos cadastros competentes:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

31.12. As sanções de impedimento e inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

31.13. Os débitos da CONTRATADA decorrentes de multas ou indenizações não inscritos em dívida ativa poderão ser compensados com créditos da empresa junto ao mesmo órgão contratante.

## 32. HIPÓTESES DE ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

32.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

- quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - Por acordo das partes:

- quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo: [\(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

I - (VETADO) [\(Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes. [\(Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

§ 3º Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º deste artigo.

§ 4º No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ 7º (VETADO)

§ 8º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

32.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

32.3. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

XVIII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. [\(Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999\)](#)

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

32.4. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

§ 5º Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

32.5. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 desta Lei;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste artigo fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º É permitido à Administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

§ 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado competente, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.

§ 4º A rescisão de que trata o inciso IV do artigo anterior permite à Administração, a seu critério, aplicar a medida prevista no inciso I deste artigo.

### **33. HIPÓTESES DE RESCISÕES CONTRATUAIS**

33.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

33.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

XVIII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. [\(Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999\)](#)

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

33.3. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

§ 5º Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

33.4. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 desta Lei;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste artigo fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º É permitido à Administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

§ 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado competente, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.

§ 4º A rescisão de que trata o inciso IV do artigo anterior permite à Administração, a seu critério, aplicar a medida prevista no inciso I deste artigo.

## **34. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

34.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

34.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

34.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

34.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em

ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

34.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

34.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

34.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

34.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

34.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

34.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

34.11. A SESAP poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

34.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) ou (Licitações) – Acesso Identificado e [www.compras.rn.gov.br](http://www.compras.rn.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço av. Alexadrino de Alencar, 1800 – Tirol -Natal, RN 59015-350 - nos dias úteis, no horário das 8 horas às 14 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

### Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência (Especificação do objeto)

ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

Rodrigo Villar de Freitas

Diiretor Geral

Iraci Gurgel Rocha

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **IRACI GURGEL ROCHA, Pregoeira**, em 08/04/2026, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40123940** e o código CRC **717600E5**.

## ANEXOS AO EDITAL

[

### TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00610204.000263/2025-10

Modelo de Termo de Referência AGU- Aquisições - Lei nº 14.133, de 2021  
Atualização: ABR/2025

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de jalecos padronizados, na modalidade pregão, por sistema de registro de preço, para futuras aquisições, para os profissionais que atuam na Hemorrede do estado do Rio Grande do Norte, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2.

Quantidade				
LOTE	Descrição	CATMAT	Unidade de	Quant.
I	Edital 90005 (40123940)	SEI 00610204.000263/2025-10 / pg. 25		

			Medida	
1.1	<p>Jaleco unissex, em tecido gabardine (algodão com poliéster, gramatura aproximada de 190 g/m<sup>2</sup>), cor branca, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana na cor do tecido do jaleco com bordado da logomarca da instituição em duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE preto - fonte arial tamanho 29 no word) medindo a logomarca total 6(L)x7(A)cm na manga longa esquerda, 02 bolsos inferiores (frente) com dimensões mínimas de 18 cm de altura e 16 cm de largura, fechamento frontal com 05 botões de 04 furos N° 32 e costurados da mesma cor do tecido. Acabamento em costura dupla, com reforço em pontos de tensão (cavas, ombros e bolsos), resistente a lavagens frequentes sem encolhimento e desbotamento. uso: hospitalar. Tamanho: P, conforme a norma 13377 da ABNT (quadro anexo). Costuras nas costas, martingale/cinto solto com 4 cm de largura e com aberturas laterais na altura da cintura. Abertura na parte posterior inferior de 40cm e/ou compatível com o comprimento padrão de cada tamanho. O fabricante deverá fixar etiqueta, identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido.</p> <p>OBS : A Empresa ganhadora deverá fornecer uma amostra de cada tamanho para aprovação.</p>	356856	Unid.	335
1.2	<p>Jaleco unissex, em tecido gabardine (algodão com poliéster, gramatura aproximada de 190 g/m<sup>2</sup>), cor branca, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana na cor do tecido do jaleco com bordado da logomarca da instituição em duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE preto - fonte arial tamanho 29 no word) medindo a logomarca total 6(L)x7(A)cm na manga longa esquerda, 02 bolsos inferiores (frente) com dimensões mínimas de 18 cm de altura e 16 cm de largura, fechamento frontal com 05 botões de 04 furos N° 32 e costurados da mesma cor do tecido. Acabamento em costura dupla, com reforço em pontos de tensão (cavas, ombros e bolsos), resistente a lavagens frequentes sem encolhimento e desbotamento. uso: hospitalar. Tamanho: M, conforme a norma 13377 da ABNT (quadro anexo). Costuras nas costas, martingale/cinto solto com 4 cm de largura e com aberturas laterais na altura da cintura. Abertura na parte posterior inferior de 40cm e/ou compatível com o comprimento padrão de cada tamanho. O fabricante deverá fixar etiqueta, identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido.</p> <p>OBS : A Empresa ganhadora deverá fornecer uma amostra de cada tamanho para aprovação.</p>	356856	Unid.	536
1.3	<p>Jaleco unissex, em tecido gabardine (algodão com poliéster, gramatura aproximada de 190 g/m<sup>2</sup>), cor branca, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana na cor do tecido do jaleco com bordado da logomarca da instituição em duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE preto - fonte arial tamanho 29 no word) medindo a logomarca total 6(L)x7(A)cm na manga longa esquerda, 02 bolsos inferiores (frente) com dimensões mínimas de 18 cm de altura e 16 cm de largura, fechamento frontal com 05 botões de 04 furos N° 32 e costurados da mesma cor do tecido. Acabamento em costura dupla, com reforço em pontos de tensão (cavas, ombros e bolsos), resistente a lavagens frequentes sem encolhimento e desbotamento. uso: hospitalar. Tamanho: G, conforme a norma 13377 da ABNT (quadro anexo). Costuras nas costas, martingale/cinto solto com 4 cm de largura e com aberturas laterais na altura da cintura. Abertura na parte posterior inferior de 40cm e/ou compatível com o comprimento padrão de cada tamanho. O fabricante deverá fixar etiqueta, identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido.</p> <p>OBS : A Empresa ganhadora deverá fornecer uma amostra de cada tamanho para aprovação.</p>	356856	Unid.	335
1.4	<p>Jaleco unissex, em tecido gabardine (algodão com poliéster, gramatura aproximada de 190 g/m<sup>2</sup>), cor branca, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana na cor do tecido do jaleco com bordado da logomarca da instituição em duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE preto - fonte arial tamanho 29 no word) medindo a logomarca total 6(L)x7(A)cm na manga longa esquerda, 02 bolsos inferiores (frente) com dimensões mínimas de 18 cm de altura e 16 cm de largura, fechamento frontal com 05 botões de 04 furos N° 32 e costurados da mesma cor do tecido. Acabamento em costura dupla, com reforço em pontos de tensão (cavas, ombros e bolsos), resistente a lavagens frequentes sem encolhimento e desbotamento. uso: hospitalar. Tamanho: GG, conforme a norma 13377 da ABNT (quadro anexo). Costuras nas costas, martingale/cinto solto com 4 cm de largura e com aberturas laterais na altura da cintura. Abertura na parte posterior inferior de 40cm e/ou compatível com o comprimento padrão de cada tamanho. O fabricante deverá fixar etiqueta, identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico</p>	356856	Unid.	133

individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido. OBS : A Empresa ganhadora deverá fornecer uma amostra de cada tamanho para aprovação.			
--	--	--	--

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas do CATMAT e as especificações constantes neste Termo de Referência, prevalecerão as do Termo de Referência.

1.4. Em acordo com o art. 24 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, o valor estimado do processo licitatório manterá caráter sigiloso até a conclusão da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas. O caráter sigiloso tem por objetivo fgarantir a isonomia e competitividade entre os licitantes, evitando manipulação de propostas e distorções no processo. Isso assegura que as negociações ocorram de forma imparcial e sem influências externas, preservando a livre concorrência e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

1.5. Da adoção do Sistema de Registro de Preço

1.5.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, reduzindo a quantidade de licitações, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano, em Ata, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos

1.5.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº14.133, de 2021.

1.5.3. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, haverá a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde respeitado o disposto no Artigo 179 e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 32.449/2023, do Rio Grande do Norte.

1.6. Da formalização contratual decorrente da Ata de Registro de Preço, se a Administração Pública julgar mais vantajoso;

1.6.1. Os jalecos hospitalares, classificados como Equipamentos de Proteção Individual (EPI), são insumos indispensáveis para a segurança dos profissionais de saúde que atuam na Hemorrede Estadual, coordenada pelo HEMONORTE, especialmente naqueles serviços que envolvem exposição a agentes biológicos. O fornecimento contínuo desses itens é essencial para garantir a proteção adequada dos trabalhadores, a prevenção de riscos ocupacionais e a continuidade ininterrupta das atividades assistenciais desenvolvidas pela rede pública de saúde.

1.6.2. A necessidade de entregas regulares, conforme a demanda das unidades, justifica-se pela natureza rotineira do uso dos jalecos, que exigem substituições frequentes devido ao desgaste natural, à contaminação biológica e à necessidade de higienização adequada, de modo a preservar as condições de biossegurança. Assim, o fornecimento contínuo permite a reposição sistemática e eficiente, evitando a escassez do material e, consequentemente, a interrupção ou comprometimento dos serviços de saúde.

1.6.3. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, o fornecimento contínuo encontra respaldo legal, sendo uma estratégia que assegura eficiência na gestão pública, otimização de recursos e atendimento permanente das necessidades operacionais da Administração. Com fundamento nos artigos 106 e 107 da referida Lei, a Administração poderá formalizar instrumento contratual decorrente de Ata de Registro de Preços, caso reste demonstrada a vantajosidade da contratação para o interesse público.

1.6.4. A vigência contratual terá início a partir da assinatura do respectivo instrumento e poderá ser prorrogada anualmente, observando-se o limite máximo de até 10 (dez) anos, desde que mantidas as condições que justificaram a contratação, se conveniente para Adiministração Pública, sobretudo a natureza do objeto e a necessidade contínua do fornecimento, conforme previsto na legislação vigente.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. A publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é imprescindível para garantir a eficácia do contrato e de seus aditamentos, conforme estabelecido no art. 94 da Lei nº 14.133/2021. A divulgação no referido portal constitui uma condição essencial para a validade do contrato, assegurando a transparência e o cumprimento das disposições legais pertinentes.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa à aquisição de jalecos padronizados destinados aos profissionais da saúde que atuam na Hemorrede do Estado do Rio Grande do Norte, coordenada pelo Hemocentro Dalton Barbosa Cunha - HEMONORTE.

A Hemorrede estadual é composta por unidades hemoterápicas e laboratoriais que desenvolvem atividades essenciais ao ciclo do sangue, tais como triagem clínica e laboratorial, coleta, processamento, testagem, armazenamento e distribuição de hemocomponentes, além da realização de exames especializados em hematologia, imunologia e biologia molecular.

Essas atividades, por sua natureza, envolvem contato frequente com materiais biológicos potencialmente infectantes, colocando os trabalhadores em situação de exposição constante a riscos biológicos. Diante disso, é fundamental garantir a adoção de medidas eficazes de biossegurança, sobretudo aquelas voltadas à proteção individual, conforme preconizado pela Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32) do Ministério do Trabalho.

A aquisição de jalecos padronizados apresenta-se como solução necessária, tecnicamente recomendada e alinhada ao interesse público, uma vez que se trata de vestimenta obrigatória para os ambientes e atividades que envolvem exposição a agentes biológicos, funcionando como barreira física capaz de minimizar o risco de contaminação cruzada entre profissionais, pacientes e amostras laboratoriais. Além disso, os jalecos garantem

conforto, higiene e segurança durante o desempenho das funções laborais, bem como contribuem para a padronização visual e para a identidade institucional, facilitando a identificação das equipes técnicas e fortalecendo a imagem de profissionalismo e organização do serviço público de saúde.

Dessa forma, a aquisição proposta é imprescindível para assegurar condições seguras de trabalho, conformidade normativa, controle de riscos ocupacionais e alinhamento com as boas práticas exigidas para ambientes de saúde e laboratórios de referência.

A aquisição e distribuição de jalecos serão destinadas exclusivamente aos trabalhadores lotados em setores que apresentam risco de contaminação por contato com sangue e derivados, fluidos corporais e produtos químicos utilizados em análises laboratoriais. Nesses ambientes, os jalecos funcionam como a primeira barreira de proteção da pele, prevenindo contaminações e escoriações leves. Para os demais setores que não apresentam exposição direta a tais agentes, o uso do jaleco é dispensável, não sendo necessário seu fornecimento.

Para a **definição do quantitativo**, foi realizada memória de cálculo com base no número de servidores expostos a risco biológico, na necessidade anual de uso por profissional, no índice de reposição decorrente de desgaste e contaminação, bem como na previsão de ampliação do quadro funcional. Considerando apenas os servidores que atuam em atividades de risco, registra-se o seguinte quantitativo por unidade da Hemorrede Estadual: Hemonorte (Natal), com 185 servidores; Hemocentro Regional de Mossoró, com 67; Hemocentro Regional de Caicó, com 28; Unidade de Coleta e Transfusão de Currais Novos, com 27; e Unidade de Coleta e Transfusão de Pau dos Ferros, com 31, totalizando 338 servidores que necessitam do uso de jaleco como equipamento de proteção individual indispensável ao desempenho de suas funções.

Em observância à NR-32, cada trabalhador exposto a risco biológico deve dispor de vestimentas de proteção adequadas e em quantidade suficiente para garantir a troca sempre que houver sujidade, contaminação, dano ou desgaste, além da substituição periódica decorrente da rotina de higienização. Com base nesse parâmetro técnico, adotou-se o fornecimento de 2 jalecos por servidor ao ano, destinados ao uso rotativo e à higienização periódica, acrescido de 1 jaleco de reserva imediata por servidor, a ser mantido em almoxarifado para substituição em situações de contaminação, dano ou descarte. Assim, a necessidade base anual corresponde a 3 jalecos por servidor. Aplicando-se essa metodologia ao universo de 338 profissionais, obtém-se o quantitativo de 1.014 jalecos, resultante da fórmula  $338 \text{ servidores} \times 3 \text{ unidades por servidor} = 1.014 \text{ unidades}$ .

Sobre essa base, foi acrescida reserva técnica de 20%, correspondente a 203 unidades, destinada à reposição por desgaste natural, contaminação, danos acidentais, movimentação funcional e variações ordinárias da demanda. A adoção desse percentual justifica-se pela natureza do objeto, por se tratar de equipamento de proteção individual utilizado em ambiente hospitalar e laboratorial, sujeito a trocas não programadas, necessidade de substituição por avarias e descarte decorrente de exposição a agentes biológicos e químicos. Desse modo, somando-se a necessidade base anual de 1.014 jalecos à reserva técnica de 203 unidades, alcança-se o subtotal de 1.217 jalecos.

Além disso, considerando a previsão de ingresso de novos profissionais em decorrência dos editais de concurso público nº 01/2025 e nº 02/2025, voltados à recomposição e à expansão do quadro funcional da Hemorrede, foi projetada margem adicional de 10% sobre o subtotal anteriormente apurado. Esse percentual corresponde a 122 unidades e tem por finalidade absorver o incremento estimado da força de trabalho durante a vigência da futura ata de registro de preços, evitando desabastecimento e assegurando a continuidade das atividades assistenciais e laboratoriais. Assim, ao subtotal de 1.217 jalecos somam-se 122 unidades, alcançando-se a previsão global de 1.339 jalecos padronizados.

Cumprе destacar que o presente procedimento visa à formação de registro de preços, o que possibilita a aquisição gradativa conforme a demanda efetiva e a disponibilidade orçamentária, sem obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade estimada. Nesse contexto, o quantitativo projetado não representa aquisição automática e integral, mas sim estimativa técnica de consumo para o período de vigência da ata, contemplando a reposição periódica dos EPI's, a necessidade de substituições extraordinárias, a chegada de novos servidores e eventuais ampliações de equipe, assegurando a continuidade dos serviços, a conformidade com a NR-32 e a proteção integral dos trabalhadores da Hemorrede Estadual.

Considerando a diversidade de perfis corporais dos profissionais e a necessidade de garantir conforto, mobilidade e segurança no desempenho das atividades laborais, a estimativa de quantidades foi distribuída entre os tamanhos P, M, G e GG, com base no perfil médio dos servidores e em dados de contratações anteriores. Para tanto, adotou-se a seguinte proporcionalidade estimada: 25% para o tamanho P, 40% para o tamanho M, 25% para o tamanho G e 10% para o tamanho GG. Aplicando-se esses percentuais ao quantitativo total estimado de 1.339 unidades, obteve-se a seguinte distribuição: 335 unidades no tamanho P, 536 no tamanho M, 335 no tamanho G e 133 no tamanho GG, totalizando 1.339 jalecos padronizados.

Quadro 1 - Estimativa de Jalecos Padronizados por Tamanho (Registro de Preços)

Tamanho	Percentual	Cálculo (1.339 × %)	Quantidade aproximada
P	25%	$1.339 \times 0,25$	335
M	40%	$1.339 \times 0,40$	536
G	25%	$1.339 \times 0,25$	335
GG	10%	$1.339 \times 0,10$	133
<b>Total</b>	<b>100%</b>		<b>1.339</b>

A presente estimativa contempla, portanto, a quantidade total de 1.339 jalecos padronizados, definida com base em memória de cálculo individualizada e em critérios técnicos objetivos, compreendendo: o quantitativo de servidores que fazem jus ao uso do equipamento, o consumo anual por profissional, a necessidade de reserva imediata, o índice de reposição por desgaste e contaminação, e a margem de crescimento associada ao ingresso de novos servidores. Desse modo, a contratação mostra-se compatível com a necessidade real da Administração, evitando tanto o subdimensionamento quanto o superdimensionamento da ata de registro de preços, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A solução proposta no Estudo Técnico Preliminar contempla todo o ciclo da contratação, desde a identificação da necessidade até a entrega e fiscalização dos produtos. O objeto consiste na aquisição de jalecos padronizados destinados aos profissionais da saúde da Hemorrede Estadual do Rio Grande do Norte, garantindo conformidade com a NR-32, que trata da segurança em ambientes com risco biológico. O ciclo inicia-se com a demanda formalizada pelo NASST/HEMONORTE, que identificou a necessidade de fornecer vestimentas de proteção adequadas e padronizadas. A partir disso, foram definidos os requisitos técnicos, como tecido em gabardine, costura dupla, bordado institucional e resistência a lavagens, assegurando conforto, durabilidade e biossegurança.

3.2. O fornecimento será formalizado por meio de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, permitindo aquisições graduais conforme a demanda e disponibilidade orçamentária. O processo licitatório seguirá as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da IN nº 65/2021, garantindo ampla competitividade, economicidade e transparência. Após a homologação e assinatura da ata, a contratada deverá efetuar a entrega no almoxarifado do Hemonorte Coordenador, em até 20 dias, com recebimento provisório e definitivo mediante inspeção e termo circunstanciado. A execução será acompanhada por fiscal designado, assegurando que os produtos entregues atendam integralmente às especificações e padrões de qualidade.

3.3. O ciclo se completa com o uso e reposição periódica dos jalecos pelos profissionais, de forma planejada e segura, promovendo a continuidade das atividades laboratoriais e hemoterápicas sem riscos de exposição biológica. Dessa forma, a solução adotada integra planejamento, licitação, fornecimento, controle de qualidade, fiscalização e utilização final, garantindo eficiência, segurança ocupacional e conformidade normativa em todas as etapas.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade, eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.2.1. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.2.2. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.2.3. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.2.4. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

4.2.5. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.2.6. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;

4.3. Condições dos Produtos

4.3.1. A empresa licitante deverá:

4.3.1.1. Atender as especificações do produto descrito neste instrumento no item 1;

4.3.2. Possuir capacidade de produção compatível com a quantidade e os prazos exigidos no tópico condições de entrega;

4.3.3. Compromisso em substituir as peças com defeito, no prazo de 48 horas;

4.3.4. Responsabilidade pelo transporte e acondicionamento adequado, sem qualquer ônus para o contratante;

4.3.5. Os jalecos devem ser novos, originais de fábrica, embalados adequadamente e lacrados, em condições que preservem sua integridade durante o transporte e o armazenamento.

4.3.6. Os produtos deverão estar em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada.

4.4. O recebimento será realizado em duas etapas:

4.4.1. Provisoriamente, em até 5 (cinco) dias após a entrega, por servidor designado para acompanhamento e fiscalização.

4.4.2. Definitivamente, em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos materiais, com lavratura de termo circunstanciado.

4.4.3. O recebimento de materiais com valor superior a R\$ 176.000,00 será feito por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) membros, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Os bens que não atenderem às especificações poderão ser rejeitados total ou parcialmente, devendo ser substituídos pela contratada no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação formal, sem ônus adicional para a Administração.

4.6. Caso seja identificado vício, defeito ou incorreção nos produtos após o recebimento, a contratada deverá reparar, corrigir, substituir ou refazer os itens defeituosos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da solicitação.

4.7. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração designado formalmente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que:

4.7.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relativas à execução do contrato;

4.7.2. Encaminhará à autoridade competente os registros e providências necessárias.

4.8. A fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades, inclusive quanto a vícios ocultos ou danos a terceiros.

4.9. A nota fiscal será entregue ao setor responsável do Almoxarifado, que procederá à atestação da

conformidade dos bens recebidos, para fins de liquidação e pagamento.

4.10. Manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021).

4.11. Assumir, exclusivamente, todas as despesas e riscos relacionados à execução do objeto, incluindo:

4.11.1. Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

4.11.2. Responsabilidade por acidentes de trabalho;

4.11.3. Demandas trabalhistas, civis ou penais relacionadas à execução do contrato.

4.12. Cumprir integralmente as obrigações previstas no **Edital, Termo de Referência, proposta comercial e demais anexos do instrumento contratual**.

4.13. Poderão participar da contratação empresas legalmente habilitadas e atuantes no ramo compatível com o objeto, desde que não estejam impedidas de contratar com a Administração Pública.

4.14. Aplicam-se as disposições da Lei Complementar Estadual nº 675/2020, que assegura o tratamento favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

4.15. Condições de entrega:

4.15.1. Os jalecos padronizados deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

4.15.2. A entrega será realizada no Almoxarifado do Hemocentro Coordenador - HEMONORTE, situado na Av. Alexandrino de Alencar, 1800, Tirol, Natal/RN, CEP: 59015-350, nos dias úteis, das 08h às 11h e das 14h às 17h.

4.15.3. Todos os custos com frete, carga, descarga, transporte, tributos, taxas, seguro e quaisquer outras despesas são de responsabilidade exclusiva da contratada.

4.15.4. Caso não seja possível cumprir o prazo de entrega, a contratada deverá informar formalmente ao CONTRATANTE com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, apresentando justificativa acompanhada de documentos comprobatórios.

4.16. Da exigência de amostra

a) Havendo o aceite da proposta quanto ao valor ofertado e, caso a compatibilidade com as especificações dos jalecos pleiteados, especialmente no que se refere aos padrões de qualidade, acabamento, tecido, modelagem e bordado, não possa ser verificada por meio da documentação apresentada, poderá ser exigido que o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar apresente amostras físicas dos itens ofertados.

b) A convocação para apresentação das amostras será realizada por meio de mensagem oficial no sistema eletrônico, com a devida informação de data, local e horário para entrega e análise, sendo facultada a presença dos demais licitantes interessados.

c) As amostras deverão ser entregues no endereço especificado na solicitação, respeitando-se o prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados da convocação. A comprovação do envio deverá ser realizada até o quinto dia útil, sob responsabilidade exclusiva do licitante. Quaisquer custos com o envio, transporte, manuseio ou eventuais atrasos serão integralmente arcados pela empresa convocada.

d) Admite-se a prorrogação do prazo de entrega das amostras, desde que haja solicitação fundamentada apresentada via chat do sistema, antes do término do prazo original, cabendo à Administração a análise e decisão quanto ao deferimento.

e) A ausência de entrega das amostras no prazo estabelecido, a entrega fora das especificações exigidas ou a não aceitação das justificativas apresentadas implicarão na recusa da proposta do licitante convocado.

f) As amostras serão avaliadas quanto aos aspectos formais, materiais e funcionais, com base nos padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termo de Referência, incluindo análise do tecido, costura, acabamento, conformidade do bordado e modelagem adequada aos tamanhos especificados.

g) O resultado da avaliação será divulgado oficialmente por meio de mensagem no sistema eletrônico.

h) Caso as amostras do primeiro colocado não sejam aprovadas, será convocado o segundo classificado para apresentação e análise das respectivas amostras, e assim sucessivamente, até que se identifique proposta que atenda integralmente às especificações técnicas exigidas.

i) As amostras fornecidas serão consideradas protótipos para fins de avaliação e poderão ser manuseadas, submetidas a testes de uso e desmonte, se necessário, sem gerar direito a ressarcimento.

j) Após a divulgação do resultado final do certame, os fornecedores terão o prazo de 10 (dez) dias corridos para recolher as amostras entregues. Findo esse prazo, a Administração poderá proceder com o descarte das amostras, sem que disso decorra qualquer obrigação de indenização.

k) Quando aplicável, os interessados deverão fornecer, sem ônus à Administração, todos os elementos indispensáveis à realização de testes, incluindo manuais, etiquetas ou fichas técnicas em língua portuguesa, necessários à completa avaliação dos itens ofertados.

4.16.0.1. Critérios de avaliação da amostra - Jalecos Hospitalares

Critério	Descrição	Justificativa
<b>1. Conformidade com as especificações do Termo de</b>	Verificação da aderência do modelo apresentado às exigências técnicas: jaleco unissex, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana da cor do tecido, fechamento frontal com 5 botões de 4 furos N° 32 da cor do Edital 90005 (40123940)	Garante padronização, funcionalidade e adequação ao uso SEI 00610204.000263/2025-10 / pg. 30

<b>Referência</b>	tecido, 2 bolsos inferiores com dimensões mínimas de 18x16 cm, costura dupla com reforço em pontos de tensão (cavas, ombros, bolsos).	hospitalar.
<b>2. Tecido</b>	Avaliação do material (gabardine algodão/poliéster, gramatura aproximada 190 g/m <sup>2</sup> ), resistência, maleabilidade, conforto térmico, durabilidade e transparência.	Assegura durabilidade, conforto e segurança do profissional.
<b>3. Costura e acabamento</b>	Inspecção de costuras (reforço, regularidade, acabamento interno e externo), tipo e cor da linha (de acordo com o tecido), resistência a lavagens frequentes sem encolhimento ou desbotamento.	Impacta diretamente na durabilidade e integridade do EPI.
<b>4. Bordado do logotipo institucional</b>	Verificação da fidelidade ao padrão: bordado na manga esquerda, duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE em preto, fonte Arial tamanho 29, dimensões 6x7 cm), qualidade do bordado e posicionamento correto.	Confirma identidade visual, aspecto profissional e padronização institucional.
<b>5. Numeração e etiquetagem</b>	Checagem da etiqueta com informações obrigatórias: tamanho, composição do tecido, nome do fabricante, legibilidade da identificação na embalagem plástica individual.	Garante rastreabilidade, controle de estoque e adequada distribuição.
<b>6. Modelagem e caimento</b>	Avaliação do corte, proporções e caimento do jaleco em relação aos tamanhos fornecidos (P, M, G, GG), conforme tabela de medidas fornecida pelo fabricante. As medidas estão em <b>centímetros</b> e podem apresentar <b>variação de ±4%</b> , conforme norma ABNT NBR 13377.	Garante conforto, mobilidade e ajuste correto aos profissionais, respeitando tolerâncias técnicas.
<b>7. Acondicionamento</b>	Verificação da embalagem individual em saco plástico transparente, com identificação de numeração visível.	Evita contaminação e facilita organização logística.
<b>8. Estética geral e acabamento visual</b>	Observação do visual final do produto: simetria, alinhamento das costuras, ausência de manchas ou irregularidades.	Influencia diretamente na apresentação e aceitação pelos usuários finais.
<b>9. Aderência aos padrões hospitalares e biossegurança</b>	Confirmação de que o jaleco atende aos requisitos de biossegurança (NR-32) e práticas de controle de infecção.	Assegura proteção do profissional e cumprimento das normas de segurança.
<b>10. Aprovação da amostra e tabela de medidas</b>	A empresa deve fornecer amostras de cada tamanho (P, M, G, GG) e tabela de medidas em centímetros: - P: Tórax 116, Ombro 48, Manga 53, Comprimento 98 - M: Tórax 122, Ombro 49, Manga 59, Comprimento 101 - G: Tórax 130, Ombro 53, Manga 64, Comprimento 105 - GG: Tórax 134, Ombro 55, Manga 67, Comprimento 109 As medidas podem variar ±4% conforme norma ABNT NBR 13377.	Permite conferência objetiva do ajuste e conformidade com o Termo de Referência, garantindo padronização e conforto.

#### 4.4. Da qualificação técnica

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de vestimentas profissionais padronizadas ou similares (como jalecos, uniformes hospitalares ou laboratoriais), compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, com desempenho satisfatório do serviço ou fornecimento prestado.

b) Declaração de que a empresa possui ou terá acesso, no prazo necessário, à estrutura operacional compatível com as exigências de produção, personalização (caso necessário), armazenagem, embalagem e transporte dos materiais até o local de entrega, conforme exigências constantes no Termo de Referência.

c) Comprovação de que os produtos ofertados atendem aos padrões de qualidade exigidos por normas técnicas nacionais e/ou internacionais, especialmente no que se refere à adequação às condições de biossegurança para uso profissional em ambiente hospitalar e laboratorial. A critério da Administração, poderão ser solicitadas amostras, catálogos, certificados ou laudos técnicos, para verificação da conformidade.

d) A empresa deverá declarar que está apta a cumprir os prazos de entrega e os requisitos de logística e distribuição, responsabilizando-se integralmente por todo o processo até a efetiva entrega no local designado, sem ônus adicional à Administração.

#### 4.5. Subcontratação

4.5.1. Não se aplica.

#### 4.6. Garantia da contratação

4.6.1. A não exigência de garantia contratual encontra respaldo no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que atribui caráter facultativo à Administração quanto à solicitação de garantia, devendo esta ser imposta apenas quando demonstrada sua conveniência e necessidade, de acordo com as peculiaridades de cada contratação.

4.6.2. O objeto possui baixa complexidade técnica, entrega única e reduzido risco contratual, tratando-se de

aquisição padronizada de jalecos hospitalares, sem execução de serviço contínuo ou complexidade técnica relevante. Nesse contexto, não há elementos que justifiquem a imposição de garantia de execução.

4.6.3. A opção do legislador ao conferir discricionariedade à Administração Pública para exigir ou não a garantia decorre do reconhecimento de que essa medida nem sempre representa benefício efetivo ao interesse público. Embora a garantia possa oferecer segurança quanto à boa execução contratual, ela também acarreta custos financeiros adicionais, normalmente repassados aos preços ofertados pelos licitantes, resultando no encarecimento global da contratação. Tal situação contraria o princípio da economicidade, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.6.4. A exigência de garantia deve ser proporcional ao risco do contrato, sob pena de configurar barreira à competitividade e aumento desnecessário do preço final. No caso em questão, a exigência de garantia não agregaria segurança adicional significativa à Administração, uma vez que o controle de execução e o pagamento estão condicionados ao recebimento definitivo dos bens, conforme dispõe o art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

4.6.5. Assim, pela singularidade e natureza do objeto, a Administração considera inoportuna e desnecessária a exigência de garantia de execução para os contratos decorrentes desta aquisição. A análise de conveniência e oportunidade revela que, neste caso específico, a medida representaria custo adicional à Administração sem contrapartida proporcional de segurança contratual.

4.6.6. Portanto, diante da baixa complexidade técnica do objeto, do reduzido risco de execução e da entrega única, a Administração não considera conveniente nem oportuna a exigência de garantia contratual, em estrita observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, assegurando, ainda assim, a proteção do interesse público por meio da fiscalização do recebimento definitivo dos produtos.

#### 4.7. **Exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.7.1. Nos termos dos arts. 42 da Lei Complementar nº 675/2020, é facultado à Administração Pública adotar medidas de tratamento favorecido às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) a exclusividade para itens com valor de até R\$ 200.000,00.

4.7.2. Entretanto, no presente caso, o quantitativo de jalecos a ser contratado é expressivo, considerando-se a necessidade de abastecimento de toda a Hemorrede Estadual, por um período de 12 meses, o que demanda fornecimento em escala, com garantia de regularidade, padronização e pronta reposição.

### 5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução do contrato ocorrerá de forma parcelada e conforme a demanda da Administração, mediante emissão de Nota de Empenho e/ou instrumento contratual, conforme aplicável.

5.2. Entrega dos Jalecos:

5.2.1. A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos jalecos no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Autorização de Fornecimento, salvo disposição diversa prevista no contrato.

5.2.2. As entregas serão realizadas no Almoxarifado do Hemocentro Coordenador/HEMONORTE, situado na Av. Alexandrino de Alencar, 1800 – Tirol, Natal/RN, CEP 59015-350, em dias úteis, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, com acompanhamento e conferência por servidor designado.

5.2.3. A CONTRATADA deve assegurar que todos os jalecos estejam novos, originais de fábrica, embalados individualmente e lacrados, em condições que preservem sua integridade durante transporte e armazenamento.

5.3. Especificações e Padrões Técnicos:

5.3.1. Os jalecos devem atender rigorosamente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, incluindo tecido gabardine algodão/poliéster (gramatura aproximada 190 g/m²), modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana da cor do tecido, 2 bolsos inferiores (mínimo 18x16 cm), fechamento frontal com 5 botões N° 32 da cor do tecido, costura dupla com reforço nos pontos de tensão, bordado institucional na manga esquerda (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE em preto, fonte Arial tamanho 29, dimensões 6x7 cm).

5.3.2. As medidas dos jalecos estão em centímetros e podem apresentar variação de  $\pm 4\%$ , conforme norma ABNT NBR 13377.

5.3.3. Devem ser observados critérios de sustentabilidade, conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: baixo impacto ambiental, preferência por materiais locais, eficiência no uso de recursos naturais, maior geração de empregos locais, maior vida útil e menor custo de manutenção, e origem sustentável dos insumos.

5.4. Responsabilidades da CONTRATADA:

5.4.1. Entregar os jalecos conforme especificações, quantidades e prazos estipulados.

5.4.2. Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, itens com defeitos de fabricação, vícios ou não conformidades.

5.4.3. Reparar danos decorrentes de vícios ou irregularidades no fornecimento.

5.4.4. Assumir integralmente todos os custos e riscos relacionados à execução do contrato, incluindo transporte, acondicionamento, frete, tributos.

5.4.5. Verificar diariamente o e-mail indicado na proposta para fins de comunicação oficial e confirmar o recebimento do empenho em até 24 horas. Persistindo a ausência de resposta, será notificada e sujeita às penalidades previstas no edital.

5.4.6. Informar formalmente qualquer impedimento para entrega, com no mínimo 24 horas de antecedência, apresentando justificativa documentada.

5.5. Recebimento e Fiscalização:

- 5.5.1. O recebimento do objeto será provisório e definitivo, conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021;
- 5.5.2. Recebimento Provisório: no ato da entrega, verificando quantidade e integridade dos itens;
- 5.5.3. Recebimento Definitivo: até 2 (dois) dias úteis após avaliação técnica, mediante atesto de conformidade quanto às especificações e qualidade dos produtos.
- 5.5.4. Para lotes com valor superior a R\$ 176.000,00, o recebimento será realizado por comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 5.5.5. A fiscalização será exercida por servidor ou comissão designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, abrangendo acompanhamento, controle e registro de todas as ocorrências pertinentes à execução do contrato.
- 5.5.6. O fiscal do contrato poderá:
- I - Rejeitar produtos em desconformidade;
  - II - Solicitar substituições;
  - III - Emitir atestos de recebimento;
  - IV - Recomendar aplicação de penalidades administrativas;
  - V - Anotar todas as ocorrências relevantes em registro próprio.
  - VI - A fiscalização não exime a CONTRATADA de responsabilidade civil ou administrativa, incluindo vícios ocultos, imperfeições técnicas ou danos a terceiros.
- 5.6. Documentação e Conformidade:
- 5.6.1. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de documento autorizando a abertura e inspeção das embalagens durante o recebimento.
- 5.6.2. A execução do contrato observará subsidiariamente o edital, proposta da contratada, Lei nº 14.133/2021, Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e, quando aplicável, Código Civil.
- 5.6.3. A Administração poderá realizar alterações unilaterais no contrato, motivadas e garantindo o reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.6.4. Da Apresentação de Amostras:
- 5.6.5. Caso necessário, a CONTRATADA provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá fornecer amostras físicas de todos os tamanhos, para verificação da conformidade com padrões de qualidade, acabamento, tecido e bordado institucional.
- 5.6.6. As amostras serão entregues no endereço especificado, respeitando o prazo máximo de 8 dias úteis da convocação, sob responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- 5.6.7. O resultado da avaliação das amostras será divulgado oficialmente e condicionará a aceitação definitiva da proposta.
- 5.6.8. Após a divulgação do resultado final, o fornecedor terá 10 dias corridos para recolher as amostras; findo o prazo, a Administração poderá descartá-las sem qualquer obrigação de indenização.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Do gestor de contrato**

- 6.6. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art 47):
- 6.6.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;
  - 6.6.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;
  - 6.6.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
  - 6.6.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
  - 6.6.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
  - 6.6.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
  - 6.6.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

- 6.6.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;
- 6.6.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 6.6.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- 6.6.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 6.6.12. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.
- 6.6.13. Será designado gestor do contrato a servidora Isamar Noemia de Freitas - **Mat. 225.854-4**, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Atenção a Segurança e Saúde do Trabalhador - NASS

#### **Do fiscal de contrato**

- 6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117)
- 6.8. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):
  - 6.8.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
  - 6.8.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
  - 6.8.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
  - 6.8.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
  - 6.8.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
  - 6.8.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
  - 6.8.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
  - 6.8.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
  - 6.8.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
  - 6.8.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.
- 6.9. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449 de 2023, art.49).
- 6.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
  - 6.10.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;
  - 6.10.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
  - 6.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
  - 6.10.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;
  - 6.10.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;
  - 6.10.6. a satisfação do público usuário.
  - 6.10.7. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.
  - 6.10.8. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  - 6.10.9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:
    - 6.10.9.1. marca;
    - 6.10.9.2. qualidade;

#### 6.10.9.3. forma de uso.

6.10.10. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50).

6.11. O servidor Francisco das Chagas Melo de Sena - **Mat.:** 155.078-0, lotado nesta unidade, ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Termo de Referência.

### 7. DAS OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da **Contratante**:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.1.7. Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. São obrigações da **Contratada**:

7.3.1. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto contratual de forma fiel, eficiente e tempestiva, em estrita conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência, da proposta vencedora e demais disposições contratuais, sem prejuízo das obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

7.3.2. Entrega dos Jalecos:

7.3.2.1. Realizar a entrega no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento, salvo disposição contratual em contrário.

7.3.2.2. As entregas devem obedecer rigorosamente aos padrões técnicos exigidos, incluindo modelagem, tecido (gabardine algodão/poliéster), costura e acabamento, bordado institucional, tamanhos especificados e embalagem individual com identificação visível.

7.3.2.3. Substituir, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer itens que apresentem vícios de qualidade, defeitos de fabricação, divergências nas especificações ou danos ocorridos no transporte, após notificação formal.

7.3.3. Responsabilidade pelo Transporte e Custos:

7.3.3.1. Assumir integralmente todos os custos e riscos relacionados à execução do contrato, incluindo transporte, carga, descarga e acondicionamento dos produtos até o local de entrega.

7.3.3.2. Indenizar a Administração por eventuais prejuízos decorrentes de falhas, defeitos ou danos causados pelos seus prepostos, direta ou indiretamente.

7.3.4. Condições de Habilitação e Qualificação:

7.3.4.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

7.3.5. Comunicação e Cumprimento de Prazos:

7.3.5.1. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 horas, quaisquer impedimentos para cumprimento do prazo de entrega, apresentando justificativa formal.

7.3.5.2. Verificar diariamente o e-mail informado na proposta para fins de recebimento de comunicações oficiais e confirmar o recebimento da Nota de Empenho em até 24 horas.

7.3.6. Apresentação de Amostras e Documentação Técnica:

7.3.6.1. Apresentar, quando exigido, amostras físicas dos produtos para análise técnica prévia, conforme disposto no edital.

7.3.6.2. Fornecer, quando aplicável, documentação técnica, manuais ou etiquetas em português, necessários à identificação e manuseio adequado dos materiais.

7.3.6.3. Apresentar a Nota Fiscal acompanhada de autorização expressa para abertura e inspeção das embalagens no ato do recebimento dos bens.

7.3.7. Cumprimento Legal e Contratual:

7.3.7.1. Cumprir integralmente todos os prazos, responsabilidades e exigências legais, incluindo os previstos neste contrato, na Lei nº 14.133/2021, legislação complementar e demais normativos aplicáveis à contratação com a Administração Pública.

### 8. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Os contratos provenientes desta licitação regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme estabelecido na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

8.2. A SESAP convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar o instrumento equivalente, que deverá assiná-lo dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis após convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela SESAP.

§ 2º Será facultado à SESAP, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da licitante.

8.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a SESAP deverá verificar a regularidade fiscal da Contratada, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

8.4. O contrato passará a produzir efeitos a partir da publicação do extrato do termo de contrato ou documento equivalente no Diário Oficial do Estado.

## **9. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

9.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.

9.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Iconsensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021).

9.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

9.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **10. DO CANCELAMENTO/REVOGAÇÃO E RESCISÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. O Registro de Preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

10.1.1. Não houve acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas no item 14 deste Termo de Referência, Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 32.449/2023, e alterações posteriores de ambos.

10.1.2. Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas no SRP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

10.1.3. Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

10.2. O Registro de Preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

10.2.1. Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes no SRP;

10.2.2. Recusar-se a assinar instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Contratante;

10.2.3. Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base no SRP proveniente deste Termo de Referência;

10.2.4. Não manter as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 (trinta) dias;

10.2.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021;

10.3. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

10.4. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

10.5. O cancelamento/revogação do registro na hipótese prevista no item 10.1.2. neste Termo de Referência não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

10.6. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

## 11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) Entregar os jalecos de forma incompleta, com falhas ou em desacordo com as especificações técnicas;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que comprometa o funcionamento regular dos serviços de saúde ou cause prejuízo relevante ao interesse público;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Atrasar, sem justificativa aceita pela Administração, a entrega dos jalecos ou a execução de obrigações contratuais;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica durante a execução contratual;
- f) Praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- g) Adotar conduta inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Cometer ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.2. À CONTRATADA que incorrer em quaisquer das infrações acima descritas poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas:

11.2.1. Advertência, nos casos de inexecução parcial sem gravidade, desde que não se justifique penalidade mais severa.

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas das alíneas “b”, “c” e “d”, salvo se cabível penalidade mais grave.

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, quando verificadas as condutas das alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como das alíneas “b”, “c” e “d” quando a gravidade o justificar.

Alínea	Infração	Sanções Cabíveis	Percentual Sugerido	Agravantes	Atenuantes
a)	Inexecução parcial do contrato	- Advertência- Multa compensatória leve	2% a 5% do valor da parcela afetada	Reincidência/Recusa em corrigir/Comprometimento da segurança	Prontidão na substituição/Boa-fé/Impacto mínimo
b)	Inexecução parcial com grave dano	- Multa compensatória- Impedimento de licitar e contratar	7% a 10% do valor do contrato	Risco à saúde pública/Descumprimento após notificação/Serviço essencial afetado	Primeira ocorrência/Correção parcial/Cooperação com a fiscalização
c)	Inexecução total do contrato	- Multa compensatória- Impedimento- Inidoneidade	15% a 20% do valor do contrato	Abandono do contrato/Dano coletivo/Má-fé comprovada	Força maior/Comunicado tempestivo/Justificativa plausível
d)	Retardamento da entrega sem justificativa	- Multa moratória diária- Advertência- Multa compensatória alternativa	0,3% ao dia até o limite de 2% da parcela inadimplida ou 2% a 5% da contratação	Reiteração do atraso/Silêncio após notificação/Impacto em serviço urgente	Justificativa parcial/Entrega próxima do prazo/Colaboração na solução
e)	Apresentação de documentação falsa	- Multa compensatória- Declaração de inidoneidade	15% do valor da contratação	Dolo claro/Intenção de obter vantagem indevida/Prejuízo material	Confissão espontânea/Correção imediata/Programa de integridade
f)	Ato fraudulento na execução	- Multa compensatória- Declaração de inidoneidade	15% a 20% do valor da contratação	Simulação, ocultação de vícios/Reincidência/Fraude técnica	Restituição voluntária/Colaboração com investigação/Impacto material
g)	Conduta inidônea ou fraude genérica	- Multa compensatória- Declaração de inidoneidade	10% a 15% do valor do contrato	Comportamento anticompetitivo/Intenção deliberada de lesar	Ausência de dolo claro/Arrependimento eficaz/Sem prejuízo direto
h)	Ato lesivo (Lei nº 12.846/2013)	- Declaração de inidoneidade- Multa da Lei Anticorrupção	Até 20% do valor do contrato	Corrupção ativa/Obstrução da fiscalização/Simulação de concorrência	Acordo de leniência/Programa de integridade/Colaboração premiada

11.3. A aplicação das sanções previstas não afasta a obrigação de indenizar integralmente os danos causados à Administração.

11.4. As sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível.

11.5. Antes da aplicação de multa, será assegurado à CONTRATADA o direito de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de intimação.

11.6. Se o valor da multa ou da indenização exceder os pagamentos devidos pela Administração, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

11.7. A multa aplicada poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, contados da conclusão do processo de apuração de descumprimento contratual.

11.8. A aplicação de sanções será precedida de processo administrativo com contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.8.1. As notificações serão encaminhadas por e-mail aos endereços informados na proposta e/ou cadastrados no SICAF.

11.8.2. Consideram-se válidos e de uso contínuo os e-mails mencionados, não cabendo alegação de desconhecimento.

11.8.3. Na aplicação das penalidades, serão considerados:

- a) A natureza e gravidade da infração;
- b) As circunstâncias agravantes ou atenuantes do caso concreto;
- c) Os danos causados à Administração;
- d) A eventual existência de programa de integridade, nos termos da legislação;
- e) A reincidência ou habitualidade das condutas infracionais.

11.9. Quando as infrações também configurarem atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, a apuração e o julgamento ocorrerão conjuntamente, respeitando o rito próprio daquela norma.

11.10. Poderá haver desconsideração da personalidade jurídica da empresa contratada, com extensão das sanções aos sócios ou administradores, conforme o art. 160, §1º, da Lei nº 14.133/2021, quando houver abuso de direito ou confusão patrimonial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.11. A CONTRATANTE deverá informar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a aplicação das sanções aos cadastros competentes:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

11.12. As sanções de impedimento e inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.13. Os débitos da CONTRATADA decorrentes de multas ou indenizações não inscritos em dívida ativa poderão ser compensados com créditos da empresa junto ao mesmo órgão contratante.

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

12.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

12.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

12.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art.

12.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

12.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

12.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.16. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

12.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

12.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

12.19. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária aplicada conforme variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

### **Forma de pagamento**

12.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada

12.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.23. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.24. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

### **Antecipação de pagamento**

12.25. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, uma vez que se torna necessária a entrega e conferência dos bens para a realização do pagamento.

### **Reajuste**

12.26. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.

12.27. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados

poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.28. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.29. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.30. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.31. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.32. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.33. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 13. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por LOTE.

13.2. Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços de mercadorias ou serviços sujeitos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), conforme disposição da Lei Estadual Vigente.

13.3. Vale salientar que as propostas devem atender ao item 4 Requisitos da Contratação, no Estudo Técnico Preliminar (31990608)

13.4. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do participante, com o número do CNPJ, e com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

13.4.1. Se o participante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

13.4.2. Se o participante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o participante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou; se o participante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente

#### **Exigências de habilitação**

13.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

13.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

13.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

13.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

13.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.14. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 3º, §2º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023.

13.15. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

13.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.21. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

13.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

13.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

13.26. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

13.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

13.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13.29. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

13.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.31. Comprovação de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência: no ato de contratação com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento de leis e decretos federais relacionados na Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020, que determinam o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência.

### **Qualificação Técnica**

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que

comprove(m) o fornecimento de vestimentas profissionais padronizadas ou similares (como jalecos, uniformes hospitalares ou laboratoriais), compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, com desempenho satisfatório do serviço ou fornecimento prestado.

b) Declaração de que a empresa possui ou terá acesso, no prazo necessário, à estrutura operacional compatível com as exigências de produção, personalização (caso necessário), armazenagem, embalagem e transporte dos materiais até o local de entrega, conforme exigências constantes no Termo de Referência.

c) Comprovação de que os produtos ofertados atendem aos padrões de qualidade exigidos por normas técnicas nacionais e/ou internacionais, especialmente no que se refere à adequação às condições de biossegurança para uso profissional em ambiente hospitalar e laboratorial. A critério da Administração, poderão ser solicitadas amostras, catálogos, certificados ou laudos técnicos, para verificação da conformidade.

d) A empresa deverá declarar que está apta a cumprir os prazos de entrega e os requisitos de logística e distribuição, responsabilizando-se integralmente por todo o processo até a efetiva entrega no local designado, sem ônus adicional à Administração.

#### **14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

14.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se como fontes bancos públicos de preços, contratações similares e demais referências de mercado, conforme documentos constantes nos autos do processo administrativo, incluindo mapa comparativo, memória de cálculo e relatório de análise.

14.2. O valor estimado da contratação será mantido em caráter sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, até a fase de julgamento das propostas, como medida destinada a preservar a competitividade do certame e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

14.3. A adoção do orçamento sigiloso justifica-se em razão das características do objeto e do mercado fornecedor, tendo em vista que a divulgação prévia do valor estimado pode induzir comportamento estratégico por parte dos licitantes, especialmente por meio da prática de ancoragem de preços, na qual os participantes tendem a ajustar suas propostas ao valor de referência da Administração, reduzindo a efetiva competição e comprometendo a economicidade da contratação.

14.4. Nesse contexto, a não divulgação prévia do orçamento estimado atua como mecanismo de mitigação de riscos de alinhamento artificial de propostas, favorecendo a livre formação de preços e estimulando a competitividade entre os licitantes.

14.5. O Tribunal de Contas da União (TCU) admite a utilização do orçamento sigiloso como prática legítima, desde que devidamente motivada, com vistas a evitar a indução de preços e preservar a vantajosidade da contratação, devendo ser observados os princípios da transparência diferida, motivação e controle.

14.6. Ressalta-se que a adoção do sigilo não compromete a transparência do procedimento, uma vez que o valor estimado da contratação encontra-se devidamente instruído e documentado nos autos, com indicação das fontes consultadas, metodologia aplicada e memória de cálculo, permanecendo acessível aos órgãos de controle interno e externo.

(assinado eletronicamente)

**Mariuchi Siqueira**

**Assistente Técnico em Saúde (Administrativo)**

Mat.: 228525-8

Hemocentro Dalton Cunha - Hemonorte

14.7. Após a fase de julgamento das propostas, o orçamento estimado será devidamente divulgado, em conformidade com a legislação vigente, assegurando-se a publicidade dos atos administrativos e a plena transparência do procedimento licitatório.

#### **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Estado.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Programa de trabalho: 10 302 0303 2384 238401;
- II - Subação: 238401 - Manutenção da Rede de Serviços de Hematologia e Hemoterapia
- III - Natureza de despesa: 33.90.30.11;

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. É vedada a participação das unidades integrantes neste Termo de Referência em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e suas alterações e pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

16.3. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, que deverá ter aprovação da autoridade competente, pela conveniência e oportunidade, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do

Natal/RN [data na assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)

**Allanne Maria Morais de Araújo Contreras - Mat. 198.262-1**

Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro

Hemocentro Dalton Cunha - Hemonorte

(assinado eletronicamente)

**Isamar Noemia de Freitas Mat. 225.854-4**

Chefe do Núcleo de Atenção a Segurança e Saúde do Trabalhador - NASST

Hemocentro Dalton Cunha - Hemonorte

(assinado eletronicamente)

**Francisco das Chagas Melo de Sena - Mat. 155.078-0**

Chefe do Almoxarifado

Hemocentro Dalton Cunha - Hemonorte

(assinado eletronicamente)

**Mariuchi Gonzaga de Siqueira Mat. 228.525-8**

Assistente Técnico em Saúde (Administrativo)

Hemocentro Dalton Cunha - Hemonorte

## ANEXO I

 <p>* Imagem meramente ilustrativa</p>	<div data-bbox="504 965 807 1420"></div> <div data-bbox="885 987 1155 1021"><b>Tabela de Medidas</b></div> <table border="1" data-bbox="863 1039 1187 1211"><thead><tr><th></th><th>Tórax</th><th>Ombro</th><th>Manga</th><th>Comp.</th></tr></thead><tbody><tr><td>P</td><td>116</td><td>48</td><td>53</td><td>98</td></tr><tr><td>M</td><td>122</td><td>49</td><td>59</td><td>101</td></tr><tr><td>G</td><td>130</td><td>53</td><td>64</td><td>105</td></tr><tr><td>GG</td><td>134</td><td>55</td><td>67</td><td>109</td></tr></tbody></table> <p data-bbox="863 1223 1043 1243">Medidas em centímetros</p> <p data-bbox="863 1263 1187 1303">As medidas podem apresentar uma variação de <math>\pm 4\%</math>, conforme norma ABNT NBR 13377</p> <div data-bbox="552 1491 1142 1850"></div>		Tórax	Ombro	Manga	Comp.	P	116	48	53	98	M	122	49	59	101	G	130	53	64	105	GG	134	55	67	109	 <p><b>HEMONORTE</b></p>
	Tórax	Ombro	Manga	Comp.																							
P	116	48	53	98																							
M	122	49	59	101																							
G	130	53	64	105																							
GG	134	55	67	109																							

### Notas de rodapé

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do **caput** deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 00610204.000263/2025-10

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX

Validade da Ata: XX meses

O Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, com sede à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 730, Cidade Alta, Natal (RN), inscrito(a) no CNPJ 08.241.754/0001-45, neste ato representada pela Secretária Alexandre Motta Câmara, inscrito no CPF nº 538.596.694-40 , nomeado por Ato da Governadora *Maria de Fátima Bezerra*, e Rodrigo Villar de Freitas, CPF 864041054-20, doravante denominado CONTRATANTE considerando o resultado da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para registro de preços nº , processo administrativo nº 00610204.000263/2025-10, RESOLVE registrar os preços da empresa vencedora xxxxxx, CNPJ xxxxx, endereço xxxxxx, nº xxxx, x, e-mail: xxxx telefone (xx) xxxxxx,, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. xxxx, CPF xxx, indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a qualificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**Aquisição de jalecos** padronizados, na modalidade pregão, por sistema de registro de preço, para futuras aquisições, para os profissionais que atuam na Hemorrede do estado do Rio Grande do Norte, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DOS ITENS REGISTRADOS registrados - Da especificação e do quantitativo a ser fornecido:

Item	Descrição do Item (Objeto)	Quantidade	Unidade de Medida	valor registrado
1	Jaleco unissex, em tecido gabardine (algodão com poliéster, gramatura aproximada de 190 g/m²), cor branca, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana na cor do tecido do jaleco com bordado da logomarca da instituição em duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE preto - fonte arial tamanho 29 no word) medindo a logomarca total 6(L)x7(A)cm na manga longa esquerda, 02 bolsos inferiores (frente) com dimensões mínimas de 18 cm de altura e 16 cm de largura, fechamento frontal com 05 botões de 04 furos N° 32 e costurados da mesma cor do tecido. Acabamento em costura dupla, com reforço em pontos de tensão (cavas, ombros e bolsos), resistente a lavagens frequentes sem encolhimento e desbotamento. uso: hospitalar. Tamanho: P, conforme a norma 13377 da ABNT (quadro anexo). Costuras nas costas, martingale/cinto solto com 4 cm de largura e com aberturas laterais na altura da cintura. Abertura na parte posterior inferior de 40cm e/ou compatível com o comprimento padrão de cada tamanho. O fabricante deverá fixar etiqueta, identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido.	335	unid	

Edital 90005 (40123940)SEI 00610204.000263/2025-10 / pg. 44

	OBS : A Empresa ganhadora deverá fornecer uma amostra de cada tamanho para aprovação.			
2	<p>Jaleco unissex, em tecido gabardine (algodão com poliéster, gramatura aproximada de 190 g/m<sup>2</sup>), cor branca, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana na cor do tecido do jaleco com bordado da logomarca da instituição em duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE preto - fonte arial tamanho 29 no word) medindo a logomarca total 6(L)x7(A)cm na manga longa esquerda, 02 bolsos inferiores (frente) com dimensões mínimas de 18 cm de altura e 16 cm de largura, fechamento frontal com 05 botões de 04 furos N° 32 e costurados da mesma cor do tecido. Acabamento em costura dupla, com reforço em pontos de tensão (cavas, ombros e bolsos), resistente a lavagens frequentes sem encolhimento e desbotamento. uso: hospitalar. Tamanho: M, conforme a norma 13377 da ABNT (quadro anexo). Costuras nas costas, martingale/cinto solto com 4 cm de largura e com aberturas laterais na altura da cintura. Abertura na parte posterior inferior de 40cm e/ou compatível com o comprimento padrão de cada tamanho. O fabricante deverá fixar etiqueta, identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido.</p> <p>OBS : A Empresa ganhadora deverá fornecer uma amostra de cada tamanho para aprovação.</p>	536	unid	
3	<p>Jaleco unissex, em tecido gabardine (algodão com poliéster, gramatura aproximada de 190 g/m<sup>2</sup>), cor branca, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana na cor do tecido do jaleco com bordado da logomarca da instituição em duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE preto - fonte arial tamanho 29 no word) medindo a logomarca total 6(L)x7(A)cm na manga longa esquerda, 02 bolsos inferiores (frente) com dimensões mínimas de 18 cm de altura e 16 cm de largura, fechamento frontal com 05 botões de 04 furos N° 32 e costurados da mesma cor do tecido. Acabamento em costura dupla, com reforço em pontos de tensão (cavas, ombros e bolsos), resistente a lavagens frequentes sem encolhimento e desbotamento. uso: hospitalar. Tamanho: G, conforme a norma 13377 da ABNT (quadro anexo). Costuras nas costas, martingale/cinto solto com 4 cm de largura e com aberturas laterais na altura da cintura. Abertura na parte posterior inferior de 40cm e/ou compatível com o comprimento padrão de cada tamanho. O fabricante deverá fixar etiqueta, identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido.</p> <p>OBS : A Empresa ganhadora deverá fornecer uma amostra de cada tamanho para aprovação.</p>	335		
4	<p>Jaleco unissex, em tecido gabardine (algodão com poliéster, gramatura aproximada de 190 g/m<sup>2</sup>), cor branca, modelo tradicional, gola esporte, mangas longas com punho em ribana na cor do tecido do jaleco com bordado da logomarca da instituição em duas cores (3 gotas vermelhas e nome HEMONORTE preto - fonte arial tamanho 29 no word) medindo a logomarca total 6(L)x7(A)cm na manga longa esquerda, 02 bolsos inferiores (frente) com dimensões mínimas de 18 cm de altura e 16 cm de largura, fechamento frontal com 05 botões de 04 furos N° 32 e costurados da mesma cor do tecido. Acabamento em costura dupla, com reforço em pontos de tensão (cavas, ombros e bolsos), resistente a lavagens frequentes sem encolhimento e desbotamento. uso: hospitalar. Tamanho: GG, conforme a norma 13377 da ABNT (quadro anexo). Costuras nas costas, martingale/cinto solto com 4 cm de largura e com aberturas laterais na altura da cintura. Abertura na parte posterior inferior de 40cm e/ou compatível com o comprimento padrão de cada tamanho. O fabricante deverá fixar etiqueta, identificando o tamanho do jaleco, composição do tecido e nome da confecção. Cada jaleco deverá ser acondicionado em saco plástico individualmente, contendo identificação de sua numeração na parte externa da embalagem. As cores das linhas deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido.</p>	133	unid	

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas do CATMAT e as especificações constantes neste Termo de Referência, prevalecerão as do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1- Em decorrência das propostas e lances apresentados e homologados no certame licitatório, ficam registrados, para contratações futuras, os preços unitários e respectivos fornecedores classificados, conforme Relação dos Fornecedores Beneficiários do Registro de Preços, Anexo I desta Ata.

2.2- Os fornecedores registrados para formação de cadastro de reserva só se beneficiarão deste Registro de Preços no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013 (§ 1º do art. 11 do Decreto nº 7.892/2013).

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS**

3.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

3.1.1-Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.2- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Estado da Saúde Pública.

3.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários - que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

## **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ( Art. 178 - Decreto Estadual 32.449/2023)**

4.1-A Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observando as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ( Art. 179- Decreto Estadual 32.449/2023)**

5.1- No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.1.1- A prorrogação da vigência da Ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, bem como considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

5.1.2- A prorrogação da vigência da Ata deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido. sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador nos seguintes

casos:

7.1.1. A fornecedora não cumprir as obrigações desta Ata;

7.1.2. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

7.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4. Por razões de interesse público, devidamente, demonstrado e justificado pela Secretaria de Estado da Saúde Pública-SESAP/RN.

7.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo de cancelamento, será formalizado por despacho da Secretaria de Estado de Saúde Pública.

7.3. O cancelamento dos preços registrados ainda poderá ser realizado pelo Órgão Gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.3.1. Por razão de interesse público;

7.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

7.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.4. A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao órgão gerenciador a aplicação das penalidades previstas na nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA NOTA DE EMPENHO E DO POSSÍVEL CONTRATO**

8.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através da retirada da Nota de Empenho pela FORNECEDORA. Como também poderá ser formalizado contrato, conforme minuta acostada ao instrumento convocatório.

8.2. A FORNECEDORA será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

## **CLÁUSULA NONA- DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9-1- O órgão gerenciador do presente registro de preços é a Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP)

É órgão participante do registro de preços é o HEMOCENTRO DALTON BARBOSA CUNHA - HEMONORTE

Os quantitativos individuais do participante estabelecido no subitem 2.1, informado durante a intenção de registro de preços, estão consolidados e definidos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

10.1- A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, ainda que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

### **Procedimento para Adesão à Ata de Registro de Preços**

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, mas desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem seguir o seguinte procedimento:

**Contato com a empresa detentora da ata:** O órgão ou entidade interessada deve, primeiramente, entrar em contato com a empresa responsável pela ata de registro de preços, informando seu interesse em aderir à ata.

**Manifestação formal da empresa:** A empresa detentora da ata deve se manifestar formalmente quanto à possibilidade de fornecimento dos itens desejados, confirmando sua concordância com a adesão.

**Solicitação à SESAP:** Somente após a manifestação favorável da empresa, o órgão ou entidade interessada deve encaminhar a solicitação de manifestação de interesse à Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESAP) juntamente com o documento de aceitação da empresa, através do e-mail **cgrp.sesap@yahoo.com.br**.

Caberá à FORNECEDORA beneficiada da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços**.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais

penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

11.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1. As partes elegem o foro da Comarca de Natal (RN), como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente Ata:

Alexandre Motta Câmara  
Secretário de Estado da Saúde Pública

Rodrigo Villar de Freitas  
Diretor Geral HEMONORTE

Empresas Ganadoras

FORNECEDOR:
CNPJ:
ENDEREÇO:
E-MAIL:
TELEFONE:
REPRESENTANTE LEGAL:
BANCO:
AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE:

